



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 796/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE nº 11548/2016.**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Instituto Municipal de Pensão e Aposentadoria de Nhamundá - IMPAN.

**4- Exercício:** 2015.

**5- Responsável:** Sr. Marcos Aurélio Costa da Silva, Presidente e Ordenador de Despesas, à época.

**6- Unidade Técnica:** DICERP – Relatório de Inspeção nº 10/2016 (fls. 154/171).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4878/2016–MPC–JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls. 172/176).

**8- Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Instituto Municipal de Pensão e Aposentadoria de Nhamundá - IMPAN. Exercício de 2015.

*Contas Regulares com Ressalvas. Multa. Prazo. Cobrança Executiva. Determinações à SEPLENO e à Origem.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**9.1- Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas Anuais do Instituto Municipal de Pensão e Aposentadoria de Nhamundá, exercício de 2015, de responsabilidade do Sr. **Marcos Aurélio Costa da Silva**, Presidente e Ordenador de Despesa, nos termos do art. 1º, II, 22, II, e 24 da Lei 2423/1996 e art. 188, § 1º, II, e 189, II, da Resolução 04/2002 – TCE/AM;

**9.2- Aplicar Multa** ao responsável pelas Contas, o Sr. **Marcos Aurélio Costa da Silva**, no valor de R\$ **2.500,00** (dois mil e quinhentos reais), nos termos do parágrafo único do art. 53 e art. 52 da Lei 2.423/96, relativa às restrições 1, 3, 4, 5 e 6, constantes na Notificação 001/2016-C/DICAMI, não sanadas, elencadas a seguir:

**a)** Ausência do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, emitido pelo Ministério da Previdência Social – MPS ao RPPS (art. 7º da Lei nº 9.717/98, art. 1º do Decreto nº 3.788/01 e art. 5º da Portaria MPS nº 204/08);

**b)** A ocorrência do desconto da contribuição devida pelo segurado para os servidores afastados em Auxílio-doença, sem a contrapartida da contribuição do Ente Federativo, durante os períodos de afastamento dos mesmos servidores, nos termos do art. 2º, caput, da Lei nº 9.717/1998;



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 796/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**c)** A Lei Municipal nº 447/2205 prevê no art. 42, § 8º, que os recolhimentos das contribuições da parte patronal e dos servidores deverão ocorrer até o 5º (quinto) dia após a data de pagamento da remuneração dos servidores municipais. O § 9º do art. 42 dessa mesma lei estabelece que as contribuições pagas em atraso ficam sujeitas à correção de valor, com base nos mesmos índices e critérios utilizados para cobrança de impostos Municipais em atrasos, acrescidos de juros de 1%. Esclarecer o motivo pelo qual esse Instituto de Previdência Municipal não adotou providências junto à Prefeitura de Nhamundá para equacionar a pendência;

**d)** Em que pese às nomeações, através das Portarias nºs. 018 e 019, de 1º de janeiro de 2013, que nomeiam pessoas para exercerem cargos em Comissão, verificou-se que apenas dois servidores operacionalizam um Fundo de Previdência, atentando contra o Princípio da Fiscalização Intercorrente e da Segregação de Funções no Serviço Público de todas as esferas governamentais, e não foram apresentadas providências por parte da Direção desse Instituto para solucionar deficiência no quadro de pessoal;

**e)** Não encaminhamento ao TCE das aposentadorias concedidas no exercício de 2015 da Sra. Maria Lindalva Freire Vidal e da Sra. Jacy Magalhães Carvalho (art. 4º, IV, da Resolução TCE nº 04/02; art. 1º, da Resolução TCE nº 02/90);

**9.3- Fixar prazo** de 30 (trinta) dias para o recolhimento da multa aos cofres da Fazenda Estadual, com a devida comprovação perante a este Tribunal, nos termos dos arts. 72, II, da Lei nº 2.423/96. Expirado prazo estabelecido, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), autorizando-se desde já a inscrição da penalidade na **Dívida Ativa** e a instauração da **Cobrança Executiva** em caso de não recolhimento do valor da condenação, ex vi do art. 173, da Res 04/02 (RI-TCE/AM);

**9.4- Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno** que adote as providências previstas no art. 161 da Resolução 04/2002 - TCE/AM;

**9.5- Determinar à origem:**

**a)** Manter o Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, emitido pelo Ministério da Previdência Social - MPS ao RPPS atualizado, dentro do prazo de validade, conforme legislação previdenciária vigente;

**b)** Promover junto ao Poder Executivo, uma reestruturação administrativa, com o objetivo de reformular e atualizar a legislação do IMPAN;

**c)** Adotar providências administrativas e/ou judiciais para o recebimento dos créditos previdenciários junto aos entes (Prefeitura e Câmara Municipal);

**d)** Adotar Plano de Cargos, Carreira e Remunerações, conforme arts. 39, §§ 1º e 8º, e 61, § 1º, II, alínea “a”, da CF/88;

**e)** Encaminhar ao TCE os processos das aposentadorias concedidas no exercício de 2015 da Sra. Maria Lindalva Freire Vidal e da Sra. Jacy Magalhães Carvalho (art.4º, IV da Resolução TCE nº. 04/02; art. 1º Resolução TCE Nº. 02/90).

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,  
Edição nº \_\_\_\_\_  
De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

**ACÓRDÃO Nº 796/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**10- Ata:** 34ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 27 de Setembro de 2016.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral